

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2026**

**ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR; inscrita no CNPJ Sob nº 00.136.858/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vilmar Schmoller.

**FORNECEDOR REGISTRADO: RUI ALEX CORTESE & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 07.641.445/0001-08, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 1.460, Bairro Centro na cidade de Itapejara D'Oeste/PR, CEP 85.580-000, neste ato representada por seu representante legal Sr. Rui Alex Cortese, inscrito no CPF nº \*\*\*.340.\*\*\*-\*\*-\*\* e titular da CI/RG nº \*.226.\*\*\*-\*.

Pelo presente instrumento, oriundo do processo nº 015/2026, Dispensa de Licitação nº 002/2026, RP nº 002/2026, homologado em 03/02/2026, mediante sujeição as normas constantes na Lei nº 14.133/2021, Resoluções CONIMS nº 58/2023, nº 60/2023, nº 007/2025 e nº 012/2025, Ato de Consórcio nº 069/2024, suas alterações e demais normas e legislações aplicáveis e ainda, pelas condições e exigências constantes no aviso de contratação direta e seus anexos, o ÓRGÃO GERENCIADOR e o FORNECEDOR REGISTRADO, neste ato representado por seus representantes legais ao final subscritos, tem entre si justo e avençado a presente Ata de Registro de Preço, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** Formação de registro de preço para aquisição de aparelhos de ar condicionado para o atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no aviso de contratação direta e seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – QUANTIDADE, ESPECIFICAÇÕES E VALORES**

ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIPTIVO	APRES	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	72021556296	Ar Condicionado Hi-Wall 18.000 BTU/h – quente e frio Tecnologia: Inverter Voltagem: 220 V Fase: Monofásico Classificação energética: A Gás refrigerante: R-32 Condensadora (UE): modelo retangular horizontal peso máximo 35 kg Itens: controle remoto sem fio com display Garantia de 12 meses contados a partir da efetiva entrega do bem.	Und	03	R\$ 4.448,00	R\$ 13.344,00

2	72021556297	Ar Condicionado Hi-Wall 30.000 BTU/h – quente e frio Tecnologia: Inverter Voltagem: 220 V Fase: Monofásico Classificação energética: A Gás refrigerante: R-32 Condensadora (UE): modelo retangular horizontal peso máximo 42 kg Itens: controle remoto sem fio com display Garantia de 12 meses contados a partir da efetiva entrega do bem	Und	06	R\$ 7.499,00	R\$ 44.994,00
<b>VALOR TOTAL DO PROCESSO R\$ 58.338,00</b>						

**Observação:** Inicialmente serão solicitados a quantidade de 1 unidade do item 1 e 03 unidades do item 02, demais quantitativos serão solicitados conforme demanda.

### CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE SOLICITAÇÃO DOS ITENS

- 3.1.** A aquisição com o fornecedor será formalizada por esta entidade por intermédio da emissão de pedido de compra (Solicitação de Fornecimento), a qual somente deverá ser aceita pelo fornecedor se estiver devidamente assinada pelo responsável do Setor de Compras.
- 3.2.** A entrega do objeto relativo a presente dispensa de licitação dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado.
- 3.3.** Não serão efetuadas solicitações sobre faturamento mínimo.

### CLÁUSULA QUARTA – LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES

- 4.1.** O Local para entrega dos itens registrados deverá no Setor de Manutenção e Patrimônio do CONIMS, cito à Rua Afonso Pena, nº 1902, Anchieta, na cidade de Pato Branco/PR, CEP 85.501-530, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda à sexta-feira.
- 4.2.** **Uma vez efetuado o pedido o fornecedor registrado deverá realizar a entrega em até 10 (dez) dias úteis, sob pena de sofrer penalidades pertinentes.**
- 4.3.** O prazo de que trata o item 4.2 poderá ser prorrogado, quando solicitado formalmente pelo fornecedor registrado, durante o transcurso do prazo inicial (dez dias úteis), desde que seja devidamente justificado com apresentação de documentos comprobatórios e aceitos pela administração.
- 4.4.** Caso o fornecedor registrado não efetive a entrega total dos pedidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ou efetive de forma parcial, a mesma será NOTIFICADA para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, se manifestar a respeito, não o fazendo, sofrerá as penalidades previstas neste aviso e na legislação.
- 4.5.** A entrega será de responsabilidade do fornecedor vencedor, sem gerar nenhum ônus para o CONIMS, devendo ocorrer em até 10 dias úteis após a homologação do processo.
- 4.6.** Fica determinantemente proibida à troca de marca e/ou fabricante dos itens, SALVO por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente formalizado e justificado, por item de qualidade igual ou superior.

**4.7.** A contratada deverá indicar um profissional do quadro de funcionários registrados de sua empresa para atuar como preposto, ao qual este ficará responsável pelos atendimentos necessários e esclarecimentos deste CONIMS, tanto por via telefone, whatsapp, E-mail ou qualquer outro meio de comunicação, devendo respeitar o prazo máximo de 2 (duas) horas para resposta.

**4.8.** Em caso de necessidade de troca de preposto o fornecedor deverá comunicar este CONIMS de maneira prévia, repassando a este órgão todos os dados necessários do novo preposto.

**4.9.** Não estando o CONIMS satisfeito com o atendimento prestado pelo preposto indicado pela contratada, poderá este CONIMS exigir a troca de preposto, devendo ocorrer no prazo

**4.10.** máximo de 5 (cinco) dias.

## **CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**5.1.** Os itens serão solicitados através de Solicitação de Fornecimento e deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal, na qual deverá obrigatoriamente constar o número do processo, a modalidade de dispensa de licitação, número da ata de registro de preços e solicitação de fornecimento e/ou empenho que a originou, valor unitário e total, quantidade, marca, modelo e número de série, tanto da evaporadora quanto da condensadora.

**5.2.** Quando da entrega, os produtos serão aceitos provisoriamente. O recebimento definitivo se dará após a verificação da conformidade com o exigido na Dispensa, no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar da data de recebimento pelo setor de compras.

**5.3.** O recebimento definitivo não isenta o fornecedor registrado de suas responsabilidades assumidas por meio desse processo.

**5.4.** Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento, serão aplicadas ao fornecedor registrado, as sanções previstas no aviso de contratação e ata de registro de preço, bem como na legislação vigente.

**5.5.** Os itens deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens em perfeito estado, devendo ainda o fornecedor realizar o transporte de acordo com as normas legais pertinentes para tal.

**5.5.1.** Em caso de avaria do produto durante o transporte, o fornecedor registrado deverá repor por outro íntegro, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio, no prazo de até 3 (três) dias úteis.

**5.6.** Em caso de devolução dos itens por estarem em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas ao fornecedor.

## **CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA**

**6.1.** A empresa deverá dar garantia para os itens propostos de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou por maior período, quando expressamente previsto pelo fabricante, sempre contado a partir do recebimento definitivo dos itens.

**6.2.** Durante o prazo de vigência da garantia, os itens que apresentarem vícios, irregularidades, defeitos ou incorreções, deverão ser reparados e corrigidos, sem ônus para o CONIMS, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado.

**6.3.** No caso de o bem precisar ser removido para uma autorizada, as despesas com o deslocamento será por conta do fornecedor registrado.

**6.3.1.** Entende-se por abertura de chamado a hora do envio de e-mail, quando serão fornecidas as seguintes informações: Anormalidade Irregularidade observada; Nome do responsável pela solicitação; Número do telefone para contato.

**6.4.** Entende-se por solução do problema a hora de disponibilização do item para uso em perfeitas condições de funcionamento no local.

**6.5.** No caso de reparo do bem em garantia não ser finalizado no prazo estabelecido, o item defeituoso poderá ser substituído por outro, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de substituição.

**6.6.** Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do item será definitiva, a critério do CONIMS.

**6.7.** Autorizada/Credenciada pela Fabricante que esteja mais próxima da cidade de entrega, os custos e a responsabilidade referente ao transporte dos bens até o local da assistência técnica correrão por conta da fornecedora, bem como, inclusive, substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS ITENS REGISTRADOS**

**7.1.** A ata de registro deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**7.2.** A execução da ata de registro deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) da ata, e gestor da ata, ou pelos respectivos substitutos de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**7.3.** fiscal da ata acompanhará a execução da ata, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração

**7.4.** O fiscal da ata anotará no histórico de gerenciamento da ata todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**7.5.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da ata poderá solicitar ao setor competente para emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**7.6.** O gestor da ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso,

à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**7.7.** A fiscalização da execução do objeto contratado será realizada pelo Gestor de Ata e Fiscal de Ata.

**7.8.** O fiscal da ata, bem como o gestor da ata, são os designados conforme Resolução CONIMS.

## **CLÁUSULA OITAVA - PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data nela indicada, podendo ser prorrogada por igual período, diante da anuência do fornecedor registrado, sendo adotado para a prorrogação as quantidades totais inicialmente registradas, comprovando-se por meio de pesquisa de preços de mercado que o preço se mantém vantajoso.

**8.2.** Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

**8.3.** É permitida a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens, como medida excepcional e conforme justificativa do setor demandante.

**8.4.** A prorrogação de um item implica prorrogação dos demais da mesma ata, se observado o disposto no §6º do artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.

**8.5.** Prorrogada a vigência antecipadamente, fica autorizada a renovação das quantidades registradas em sua totalidade.

**8.6.** O prazo máximo da vigência das Atas, inclusive suas prorrogações antecipadas, não poderão ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses.

**8.6.1.** O prazo da nova vigência, antecipadamente prorrogada, será na quantidade de meses faltante para completar os da primeira vigência.

**8.6.2.** Após o término da primeira vigência e/ou da prorrogação da Ata, poderá ainda, no prazo de sua validade, com anuência do fornecedor registrado e demonstrada a vantajosidade, ser formalizado Contrato, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.7.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.7.1.** A quantidade indicada na Ata poderá ser com o saldo total inicial da ata vigente ou o remanescente conforme análise da administração.

**8.7.2.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** As despesas geradas em função da aquisição do objeto da presente ata ocorrerão por conta da dotação orçamentária:

01.001.10.122.0001.1.001.4.4.90.52.00.00.00.00 fontes 000 e 076

## **CLÁUSULA DÉCIMA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL**

**10.1.** A fornecedora registrada deverá emitir Nota Fiscal, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.

**10.2.** A Nota Fiscal deverá detalhar o item conforme a ata, especificando a quantidade, objeto, informando o número do processo ou ata.

**10.3.** O cálculo dos impostos e tributos é de responsabilidade do emitente. Sendo obrigatória a retenção do IRRF na forma da IN RFB 1234/2012 – Anexo I.

**10.4.** A Nota Fiscal deve ser encaminhada ao e-mail: [contabilidade@conims.com.br](mailto:contabilidade@conims.com.br) no ato de sua emissão.

**10.5.** Havendo erros na emissão da Nota Fiscal a mesma deverá ser substituída ou anulada, e/ou constatação de erros no fornecimento, circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que a fornecedora registrada providencie as medidas saneadoras.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VENCIMENTO E PAGAMENTO**

**11.1.** O vencimento se dará 30 dias após o aceite definitivo da nota fiscal, sendo realizado em moeda corrente nacional, através de crédito, DOC ou TED na conta corrente pessoa jurídica no mesmo CNPJ registrado. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado ao Setor de Tesouraria deste CONIMS, através do e-mail: [tesouraria@conims.com.br](mailto:tesouraria@conims.com.br).

**11.2.** O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

**11.3.** O pagamento se dará até o vencimento.

**11.4.** Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos itens devidamente solicitados e recebidos.

**11.5.** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Órgão Gerenciador, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

*I = Índice de atualização financeira;*

*TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;*

*EM = Encargos moratórios;*



$N = N.$  de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**11.6.** Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

**11.7.** O fornecedor registrado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, não serão emitidas novas solicitações de fornecimentos, ressalvado o direito dos itens já entregues.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REAJUSTE**

**12.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data estimada, em 30/01/2026.

**12.2.** Em caso de prorrogação do prazo da ata ou conversão em contrato, o valor poderá ser objeto de reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, variação dos custos na planilha de preços, de forma simultânea ou subsidiária, conforme o caso concreto, preponderando o menor índice. O reajuste será calculado com o índice da data em que o aditivo de prorrogação for realizado.

**12.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**13.1.** O valor da ata poderá ser alterado ou atualizado nas seguintes situações:

**13.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do disposto da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre o valor contratado;

**13.1.3.** A solicitação de reequilíbrio econômico deverá ser devidamente comprovada, mantidos os valores dos meses anteriores.

**13.1.4.** O pedido de reequilíbrio não tem efeito suspensivo.

**13.1.5.** O pedido será analisado pelo setor competente do CONIMS no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos e, em havendo necessidade de juntada de novos documentos ou a correção/esclarecimento dos apresentados, o agente os requisitará, indicando prazo para o seu atendimento.

**13.1.6.** No caso de necessidade de juntada de novos documentos, diligências ou outras providências por parte do Interessado, o prazo para análise fica suspenso.

**13.1.6.1.** Regularizada a instrução e sendo deferido o reequilíbrio, este produzirá efeitos retroativos à data da solicitação, cujo acréscimo será pago na fatura pendente ou, em não havendo, em pagamento complementar.

**13.1.6.2.** Não regularizada a instrução na oportunidade a que se refere o item anterior, sendo necessárias complementações ou mais esclarecimentos, o pedido de reequilíbrio, se deferido, terá efeitos retroativos a contar da última manifestação do Fornecedor.

**13.1.7.** O pedido de reequilíbrio econômico financeiro deverá ser enviado ao e-mail [licitacao@conims.pr.gov.br](mailto:licitacao@conims.pr.gov.br) e instruído com os seguintes documentos:

**13.1.7.1.** Requerimento assinado pelo representante legal da empresa.

**13.1.7.2.** Cópia de documentos que comprovem o alegado.

**13.1.7.3.** Demonstrativo abaixo preenchido:

<b>Processo nº 015/2026 - Dispensa de Licitação nº 002/2026</b>	
Nº do Item:	
Descrição do Item:	
Marca:	
<b>Dados que serviram de base para oferta de preços na dispensa</b>	<b>Dados para comprovar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro</b>
Preço registrado	Novo preço proposto
Preço anterior a Dispensa	Preço de compra atual
Data da compra	Data da compra
Nº da Nota fiscal	Nº da Nota fiscal
% da margem sobre o preço de compra*	% da margem sobre o preço de compra*

*Referente a porcentagem da margem sobre o preço de compra poderá ser solicitado que seja detalhada, por exemplo: Frete, Imposto, Custos indiretos e Diretos entre outros.*

**13.1.8.** O CONIMS, poderá a qualquer tempo, mediante prévia notificação da fornecedora, reduzir os valores registrados de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado.

**13.2.** Antes de deferir o pedido de reequilíbrio, poderá o CONIMS consultar o preço praticado pelas licitantes incluídas no cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço, liberando a requerente do compromisso de entregar os materiais.

## **DÉCIMA QUARTA - DA TROCA DE MARCA**

**14.1.** Os itens registrados poderão ter a marca alterada nas seguintes situações, mediante justificativa formal e comprovação documental apresentada pelo fornecedor.

**14.2.** A solicitação de troca de marca deverá ser devidamente instruída com documentos comprobatórios válidos e aceitos pelo CONIMS, demonstrando o motivo da substituição (ex.: descontinuação de fabricação, alteração de registro sanitário, inviabilidade de fornecimento pelo fabricante, entre outros).



**14.3.** O pedido de troca de marca não suspende as obrigações contratuais em vigor. O CONIMS poderá manter solicitações de fornecimento e exigir entregas pendentes até a conclusão da análise pelo setor competente.

**14.4.** O pedido será analisado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, conforme as seguintes etapas:

- a) Análise Técnica, realizada pelo profissional responsável designado pelo CONIMS, que verificará se a nova marca proposta atende integralmente ao descritivo do edital, bem como se mantém ou supera o padrão de qualidade e eficácia da marca anteriormente registrada;
- b) Análise econômica a cargo do setor de Equilíbrio Financeiro, que avaliará a compatibilidade do valor de mercado da marca proposta, assegurando que não haja prejuízo econômico ou vantagem indevida, assegurando a equivalência entre as marcas;
- c) Homologação final, a ser proferida pela autoridade competente do CONIMS, após pareceres técnico e econômico.

**14.5.** Somente será autorizada a substituição de marca quando comprovado que a nova proposta mantém ou supera o padrão de qualidade, eficácia e segurança da anterior, observando-se também a adequação de preço e a compatibilidade com o objeto registrado.

**14.6.** Deferida a troca de marca, seus efeitos retroagirão à data do protocolo da solicitação, podendo abranger solicitações de fornecimento que estiverem em aberto.

**14.7.** Caso o pedido não seja devidamente instruído ou permaneça pendente de informações, e venha a ser posteriormente deferido, os efeitos retroativos contarão da última manifestação do fornecedor.

**14.8.** O pedido de troca de marca deverá ser encaminhado ao e-mail [licitacao@conims.pr.gov.br](mailto:licitacao@conims.pr.gov.br), contendo os seguintes documentos:

- a) Requerimento assinado pelo representante legal da empresa;
- b) Cópia dos documentos que comprovem o valor do produto (tais como notas fiscais, comunicações do fabricante, entre outros);
- c) Demonstrativo técnico e comparativo preenchido para cada marca proposta, conforme será solicitado pelo CONIMS.
- d) Demonstrativo preenchido (um para cada marca) conforme será disponibilizado pelo setor de Equilíbrio Financeiro do CONIMS.

**14.9.** Antes de deferir o pedido de troca de marca, poderá o CONIMS consultar o preço praticado pelas licitantes incluídas no cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço, liberando a requerente do compromisso de entregar os materiais.

**14.10.** O CONIMS, poderá a qualquer tempo, mediante prévia notificação ao Fornecedor, reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR (CONIMS)**

- 15.1.** Efetuar o pagamento ao fornecedor registrado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência.
- 15.2.** Comunicar ao fornecedor registrado qualquer irregularidade constatada na execução da ata, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas.
- 15.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e o cumprimento das obrigações pelo fornecedor registrado;
- 15.4.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor registrado, de acordo com a ata de registro de seus anexos.
- 15.5.** Prestar ao fornecedor registrado todas as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas.
- 15.6.** Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor registrado possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos, normas e condições preestabelecidas na proposta;
- 15.7.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor registrado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata de registro de preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor registrado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR REGISTRADO**

- 16.1.** O Fornecedor Registrado deverá cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 16.2.** Executar diretamente a ata registrada na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, os itens, nem subcontratar quaisquer dos itens a que está obrigada.
- 16.3.** Responsabilizar-se pelo fornecimento dos itens dentro dos prazos previstos e padrões de qualidade e quantidades exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor.
- 16.4.** Fornecer o item registrado obedecendo as normas e regulamentações legalmente vigentes.
- 16.5.** Fornecer o item registrado, obedecendo rigorosamente o descrito na proposta e em perfeita conformidade com as condições estabelecidas pelo aviso de contratação e Termo de Referência aos quais vincula-se a ata.
- 16.6.** Cumprir com o estabelecido, mantendo o CONIMS informado, de acordo com as conveniências deste, de todos os pormenores.
- 16.7.** O fornecedor registrado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida

Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, bem como, todas as condições de habilitação especificadas no aviso de contratação e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, o fornecedor registrado será notificado para regularização, caso não seja solucionado, as solicitações poderão ser interrompidas, ressalvado o direito de recebimento dos itens já solicitados.

**16.8.** Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas direta ou indiretamente resultantes desta dispensa de licitação.

**16.9.** Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pelo CONIMS quanto ao fornecimento do item ora registrados.

**16.10.** Comunicar imediatamente ao CONIMS toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução da ata.

**16.11.** O fornecedor registrado é responsável por danos causados ao CONIMS, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da ata, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão ou responsável do CONIMS.

**16.12.** Levar imediatamente, ao conhecimento do Fiscal da ata de registro de preços, qualquer fato anormal ou extraordinário que ocorrer na execução do objeto, para adoção das medidas cabíveis.

**16.13.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais e pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

**16.14.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONIMS.

**16.15.** Comunicar ao CONIMS as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social e demais alterações que por ventura vierem a acontecer enquanto da vigência da Ata.

**16.16.** O Fornecedor registrado responsabilizar-se-á pelo pagamento de qualquer imposto, taxa ou demais despesas decorrentes da execução do objeto desta dispensa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**17.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da contratação direta ou da ata de registro de preço que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de registro, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**17.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**17.3.** É dever do fornecedor registrado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor

registrado, que mediante culpa ou dolo:

- a) Der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços, assim entendida o não atendimento da quantidade total solicitada, o atraso na entrega, a entrega de item diverso do registrado ou outra irregularidade que não gere a inexecução total, mas viole obrigações contratuais em caráter parcial;
- b) Der causa à inexecução total da ata de registro de preços, assim entendida o não atendimento do objeto da Ata em sua integralidade, em casos em que o pedido de fornecimento conter a sua totalidade;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do registro de preços sem motivo justificado;
- d) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata de registro de preços;
- e) Praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**18.2.** Serão aplicadas ao fornecedor registrado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o fornecedor contratado der causa à inexecução parcial ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b" e "c" do subitem acima desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "d", "e", "f" e "g" do subitem acima desta ata, bem como nas alíneas "b" e "c", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

d) **Multa, podem ser cumulativas ou não:**

**(1)** Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, respeitado o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) diários até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 31 dias autoriza a Administração a promover a extinção da ata de registro de preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, sem prejuízo da multa.

**(2) Compensatória de 1%** (um por cento) sobre o valor total do pedido de fornecimento ou do item pertinente, nos casos de inexecução parcial, não previstos no item anterior ou de qualquer outra irregularidade do objeto, em valor não inferior a R\$ 1.500,00 e, se em valor excessivo, passível de redução a critério do julgador;

**18.3.** A aplicação das sanções previstas nesta ata de registro de preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao órgão gerenciador.

**18.4.** Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**18.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**18.6.** Caso o valor da multa aplicada e das indenizações devidas seja superior ao montante eventualmente devido pelo CONIMS a contratada, além da perda desse crédito, a diferença deverá ser ressarcida mediante recolhimento administrativo. Não sendo adotadas as providências necessárias pelo prestador, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação formal o CONIMS promoverá a cobrança judicial da quantia remanescente.

**18.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor registrado, observando-se o procedimento previsto na Resolução CONIMS nº 233/2023 ou outra que vier a substituí-la.

**18.8.** Na aplicação das sanções serão considerados, inclusive para fins de agravamento:

- a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** As peculiaridades do caso concreto e os antecedentes;
- c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** Os danos que dela provierem para o órgão gerenciador;
- e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**18.9.** A personalidade jurídica do fornecedor registrado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**18.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma da Resolução CONIMS nº 233/2023 ou outra que vier a substituí-la.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CANCELAMENTO/EXTINÇÃO DA ATA**

**19.1.** A Ata de Registro de Preços se extingue quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

### **19.2. Cancelamento do registro do fornecedor:**

**19.2.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo CONIMS, observado o devido processo

legal, quando o fornecedor.

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa razoável;

III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de o mesmo tornar-se superior aos praticados no mercado;

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**19.2.2.** Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o CONIMS poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**19.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o CONIMS poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as particularidades do caso, em especial, o valor de mercado do item.

### **19.3. Cancelamento do preço registrado**

**19.3.1.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo CONIMS em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - Se não houver êxito nas negociações, nos casos em que o preço se tornar superior aos praticados no mercado, conforme art. 16 e 17 da resolução CONIMS nº 173/2023

**19.4.** Caso a proponente vencedora do certame se recusar a assinar a Ata ou houver cancelamento do registro de preços, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital, o CONIMS convocará os demais participantes conforme a ordem de classificação, observando:

**19.4.1.** O fornecedor que aceitar cotar os bens com preços iguais ao do adjudicatário (vencedor);

**19.4.2.** Os fornecedores que mantiverem sua proposta original;

**19.5.** Por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente do CONIMS e reduzidas a termo no respectivo processo.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA– AÇÕES JUDICIAIS**

**20.1.** Qualquer ação judicial contra o CONIMS oriundo do fornecimento de itens pelo fornecedor registrado ou mesmo que venha o CONIMS compor a lide, será de exclusiva responsabilidade do fornecedor registrado a qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo o CONIMS todo e qualquer valor que for obrigado a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.



## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO**

**21.1.** Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco/PR.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco/PR, 03 de fevereiro 2026.

**RUI ALEX CORTESE**  
**FORNECEDOR REGISTRADO**

**VILMAR SCHMOLLER**  
**ÓRGÃO GERENCIADOR**

## **TESTEMUNHAS:**

**SANDRA FIM**  
CPF: \*\*\*.809.\*\*\*-\*\*

**JEAN RICARDO DORSI**  
CPF: \*\*\*.042.\*\*\*-\*\*



**ESTADO DO PARANÁ**  
**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE**  
RUA AFONSO PENA, 1902 - ANCHIETA - Pato Branco - PR  
CEP: 85501-530 CNPJ: 00.136.858/0001-88 Telefone: (46) 3313-3550  
E-mail: conims@conims.pr.gov.br Site: www.conims.pr.gov.br

[CONIMS] - Quadro Comparativo de Preços (Fornecedor)

**Processo/Ano:** 15/2026  
**Licitação:** 2/2026 - DL  
**Modalidade:** Dispensa de licitação  
**Objeto:** Formação de registro de preço para aquisição de aparelhos de ar condicionado para o atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no aviso de contratação direta e seus anexos

Item	Fornecedor	Marca	Qtd.	Un.	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classif.
------	------------	-------	------	-----	----------	----------------	-------------	----------	----------

**Fornecedor: RUI ALEX CORTESE & CIA LTDA**

Ar Condicionado Hi-Wall 18.000 BTU/h – quente e frio Tecnologia: Inverter Voltagem: 220 V Fase: Monofásico Classificação energética: A Gás refrigerante: R-32 Condensadora (UE): modelo retangular horizontal peso máximo 35 kg Itens: controle remoto sem fio com display Garantia de 12 meses contados a partir da efetiva entrega do bem. (72021556296)	ELGIN - Modelo ar hight wall HJQC18C2W CCC5274	3,000	UND			4448,0000	13344,00	Venceu	1
Ar Condicionado Hi-Wall 30.000 BTU/h – quente e frio Tecnologia: Inverter Voltagem: 220 V Fase: Monofásico Classificação energética: A Gás refrigerante: R-32 Condensadora (UE): modelo retangular horizontal peso máximo 42 kg Itens: controle remoto sem fio com display Garantia de 12 meses contados a partir da efetiva entrega do bem (72021556297)	ELGIN - Modelo ar hight wall HJQ130C2W B8790	6,000	UND			7499,0000	44994,00	Venceu	1
<b>Total do Fornecedor:</b>							R\$58.338,00		
<b>Total dos Itens Vencedores:</b>							R\$58.338,00		

## Assinantes

- ✓ **Jean Ricardo Dorsi**  
Assinou em 03/02/2026 às 16:08:27 com o certificado avançado da Betha Sistemas  
Eu, Jean Ricardo Dorsi, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **Sandra Fim**  
Assinou em 03/02/2026 às 16:13:42 com o certificado avançado da Betha Sistemas  
Eu, Sandra Fim, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **VILMAR SCHMOLLER**  
Assinou em 03/02/2026 às 16:14:02 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de VILMAR SCHMOLLER com o CPF \*\*\*.910.449-\*\*, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.  
Eu, VILMAR SCHMOLLER, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

**RUI ALEX**  
**CORTESE:720**  
**334096920**

Assinado de forma digital por RUI ALEX  
CORTESE:7233409692  
Dados: 2026.02.04 10:45:16 -03'00'

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.  
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

**2L7****3YM****XQJ****VWO**